

SIM

"O momento é propício para uma greve dos A maneira de dizermos 'não' aos ataques às universidades

Maristela Souza

Professora do departamento de Desportos Individuais da UFSM

Na tentativa de responder se o momento é propício para uma greve dos professores das Universidades Federais e levando em conta a complexidade da questão, primeiramente, faz-se necessário entendermos o que representa este momento atual, seus nexos e suas conseqüências para a Universidade Pública brasileira.

Partimos do pressuposto de que o Capitalismo apresenta, enquanto uma de suas características, atravessar várias crises estruturais e, assim sendo, luta, a cada nova manifestação de crise, para superá-la, reordenando-se. No atual momento, a crise da década de 1970, é a que possui relações mais próximas com as conformações atuais ocorridas no mundo do trabalho e conseqüentemente, com a materialização das políticas educacionais. O esgotamento do Estado de Bem-Estar Social, conjugado ao esgotamento do padrão de acumulação Fordista/Taylorista e a volta de um "novo" liberalismo, exige a diminuição do trabalho assalariado clássico e a expansão do trabalho parcial, temporário, informal, subcontratado, ou seja, flexível e precarizado. A educação ocupa lugar estratégico em tais reformas de ajustes, e as Universidades, sobretudo, para o processo de qualificação de um trabalhador de novo tipo. Porém, só o faz, a partir do orçamento que resta da política subordinada ao pagamento de altas taxas de juros a credores e que resulta, entre outros aspectos, na não contratação de professores e servidores, diminuição de salários, falta de recursos para a pesquisa e subordinação aos empresários da educação.

Especificamente, as Universidades Públicas brasileiras vêm sofrendo, nas últimas décadas, inúmeros ataques, no sentido de ajustá-las a esse contexto e dentre estes ataques, vamos nos deter nos últimos acontecimentos. O corpo docente vem sofrendo um arrocho salarial,

que conforme estudos do ANDES-SN, chega a uma defasagem de até 175%. Juntamente com isso, as Fundações, ditas de apoio, chegam às Universidades com toda a força, fazendo com que vários docentes, com o objetivo de aumentar a sua renda e superar as suas precárias condições de trabalho, vinculem a sua produção de conhecimento à iniciativa privada. Neste ponto, gostaríamos de chamar a atenção, que através deste caminho, até podemos suprir as nossas necessidades imediatas, porém, o legado que estamos deixando para as próximas gerações, incluindo aí, nossos filhos e netos, será muito caro: *A não existência da Universidade Pública.*

Em meio a este processo, o governo atual lança o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que institui, entre outras medidas, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). As metas gerais do REUNI consiste na **"elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano"**. (§ 1º do art. 1º do Decreto nº 6096).

Ora, o que representa isso, se não o fato de o governo Lula ter levantado a bandeira de expansão do ensino superior, que sempre foi do povo e da comunidade acadêmica, e ter dado um trato desqualificado e irresponsável, usando-a para atingir os seus fins, que consiste na implantação da



"Clima de greve não é meteorológico, mas histórico e social"

"Universidade Nova", projeto este que propõe a inserção do bacharelado interdisciplinar como primeira etapa de estudo, que promoverá, como nos declara o ANDES-SN, em documento elaborado em maio de 2007, um ensino "pobre para os pobres", cuja ênfase recai na formação do cidadão trabalhador, que se caracteriza pela aceitação de que o emprego, como um direito social, não existe mais. Concomitante a este sistema de "enturmação" que o governo quer implantar, especificamente ao que tange aos 18 alunos por 1 professor, o governo encaminha, através do PAC, mecanismos para congelar os salários dos docentes em até dez anos. Em outras palavras: aumento do nº de matrículas nas Universidades, a

partir do trabalho precário e mal pago do professor.

Frente ao exposto, nos perguntamos: O momento é propício para uma greve? Não temos dúvidas que sim. A greve neste momento consiste no instrumento que temos para dizer NÃO ao desrespeito com o trabalhador da educação e a implantação deste projeto de Universidade que está longe de ser Pública, Gratuita e de Qualidade.

O argumento de que não temos "clima" para a greve, já que estamos com o calendário atrasado e corremos o risco de não termos férias de verão dignas, ao nosso ver, torna-se insuficiente frente ao contexto que a Universidade vive e aos baixos salários que recebemos, até mesmo porque "clima" de greve não é meteorológico, natural e sim histórico e social, tal qual a nossa dignidade. ■